

EMPREGABILIDADE DE MULHERES EM CUMPRIMENTO DE PENA: A CONTRIBUIÇÃO DO EMPREENDEDORISMO E NEGÓCIOS SOCIAIS

RICARDO FERREIRA NUNES

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ (IFPR)

TAISA CAROLINE MANN WRITZL DO NASCIMENTO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ (IFPR)

REJANE CESA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ (IFPR)

SOLANGE CALDAS RIBEIRO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ (IFPR)

EMPREGABILIDADE DE MULHERES EM CUMPRIMENTO DE PENA: A CONTRIBUIÇÃO DO EMPREENDEDORISMO E NEGÓCIOS SOCIAIS

1. INTRODUÇÃO

Rui Barbosa, em seu famoso discurso em 1920, registrava de forma assertiva que “tratar com desigualdade os iguais, ou desiguais com igualdade, seria desigualdade flagrante, e não igualdade real” (OLIVEIRA, 1997, p. 26). Quase 100 anos depois, as estatísticas da população carcerária no Brasil ainda disparam em um sistema incapaz de controlar e apresentar alternativas efetivas para a ressocialização do apenado. O mundo do trabalho por si só já apresenta grandes desafios do qual é preciso adaptação e muito esforço para qualquer pessoa, no caso de pessoas advindas de sistemas correcionais estes desafios se mostram ainda maiores, devido ao preconceito e julgamento precipitado da sociedade.

Neste cenário surgem iniciativas por parte da sociedade, com a intenção de buscar soluções, sejam de organizações do terceiro setor, ações isoladas por parte de cidadãos ou até mesmo por empreendedores que se voltam para as causas sociais, inclusive de alta complexidade. O empreendedorismo caracterizado pela inovação (SCHUMPETER, 1982) é considerado “um instrumento de desenvolvimento social e não somente de crescimento econômico” (DOLABELA, 2008, p. 13), assume um papel significativo nesse cenário, surgindo com toda a dinâmica inerente à sua essência e se posicionando como um dos caminhos para trazer um impacto positivo na sociedade, gerando um estimado valor social.

O presente artigo tem como objetivo apresentar um estudo de caso sobre empreendedorismo social que trabalha com a reinserção de mulheres, monitoradas por tornozeleira eletrônica, no mercado de trabalho. Por meio de pesquisa qualitativa e exploratória (DIAS, 2000), descreve-se inicialmente o sistema carcerário brasileiro, em especial para mulheres que cumprem pena com monitoramento eletrônico, e na sequência é descrito o caso da *Startup* Bizu. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas em profundidade, aplicadas à fundadora da empresa, a psicóloga da *startup* e a mais três participantes do projeto, utilizando um roteiro semiestruturado (GODOI, 2006). As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas de acordo com a análise de conteúdo (BARDIN, 2011).

O sistema carcerário no Brasil atinge um crescimento superior a 700% nos últimos 20 anos e é um dos mais carentes de ações afirmativas, tanto do Estado, quanto da população, necessitando investimentos de recursos federais e a conscientização da população quanto a ressocialização dos presos. A partir do momento em que o preso é colocado em regime de semiliberdade ou solto ele passa a enfrentar o preconceito. A cultura difundida de que “Bandido bom é bandido morto” somente reforça o abismo social. Ninguém parte do mesmo ponto socioeconômico e com uma população de mais de 700 mil detentos é preciso que a sociedade compreenda a necessidade de ações positivas que possam permitir que os presos revejam a sua trajetória, os motivos que os levaram ao crime e as consequências de uma reincidência.

A *Startup* Geração Bizu, por meio de sua proposta, procura ser uma alternativa real ao apresentar um método de reinserção de mulheres monitoradas por meio eletrônico (Regime Semiaberto Harmonizado) no mercado de trabalho, caracterizando-se como um modelo de empreendimento social. Como resultado foi revelado as principais dificuldades do estabelecimento de uma empresa que tem enquadramento no segundo setor, mas atende as necessidades do segundo e o terceiro setor da economia e como construir um modelo de

capacitação de profissionais em cumprimento de pena que permitam a reinserção no mercado de trabalho.

Este artigo está estruturado por meio da presente introdução e posteriormente pelas teorias e dados levantados acerca do empreendedorismo social (CRUZ, 2016) e o sistema carcerário em geral e as perspectivas e realidades deste mercado no Brasil. Na sequência a apresentação e discussão dos resultados das entrevistas são desenvolvidas, e finaliza-se com as considerações finais e sugestões para futuros estudos.

2. EMPREENDEDORISMO E NEGÓCIOS SOCIAIS

Compreende-se a conceituação de empreendedorismo, como a capacidade para idealizar e implementar novos negócios. Capacidade esta, associada necessariamente à inovação (SCHUMPETER, 1982) e iniciativa na busca de novas habilidades (DRUCKER, 2002) para realização de seus projetos. Nesse contexto, o empreendedor busca identificar oportunidades que possam oferecer soluções de impacto e assumir os riscos inerentes à atividade, sendo assim um agente de relevância no desenvolvimento econômico e geração de riquezas.

Para Fillion (1999) o empreendedor é visionário, possuindo como características: a imaginação, a criatividade e a perspicácia na identificação de oportunidades dentro do contexto em que atua, definindo e estabelecendo estratégias na busca da realização dos objetivos que define. Outros autores caracterizam o empreendedorismo social como uma ramificação do empreendedorismo (DEES, 1998; NORUZI, WESTOVER e RAHIMI, 2010), acrescido do valor social nos seus objetivos. O quadro 1 apresenta as congruências e incongruências entre algumas definições:

Quadro 1 – Conceitos sobre Empreendedorismo social

Autor	Definição
DEES, (1998)	Para os empreendedores sociais, a missão social é explícita e central. Isso obviamente afeta como os empreendedores sociais percebem e avaliam as oportunidades. O impacto relacionado à missão torna-se o critério central, não a criação de riqueza. A riqueza é apenas um meio para o fim dos empreendedores sociais.
OLIVEIRA (2004)	Tanto o conceito como a prática do empreendedorismo social derivam de entendimentos e intenções frente à vontade de mudar o cenário causado pelos impactos de uma globalização de efeitos paradoxais, que ao mesmo tempo em que gera riqueza e ciência e tecnologia, também produz um gigantesco exército de famintos e excluídos, produzidos principalmente pela desigualdade social e econômica, marcada e acentuada pela concentração de renda e problemas sociais históricos, principalmente para os chamados países do terceiro e quarto mundo.
BAGGENSTOSS e DONADONE (2013)	Enquanto o mercado procura profissionais com perfil empreendedor para maximizar o lucro, reduzir custo e aperfeiçoar produção, a sociedade evidencia carência de profissionais para maximizar a abrangência das ações sociais, reduzir custo de atuação e otimizar a mudança social.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Logo, é possível observar que a figura do empreendedor social, traz consigo toda a conceituação inerente ao empreendedor, porém voltado à ideia de gerar soluções e benefícios

sociais. Ou seja, contribui não somente com a lucratividade e o desenvolvimento econômico, mas também com a busca, através de suas atividades, da produção do valor social como objetivo de sua existência. O empreendedor social busca adequar o serviço oferecido de maneira que consiga a eliminação ou minimização de determinado problema social. O valor dos resultados da sua empresa, ainda que mensurável monetariamente e economicamente, tem o foco no resultado alcançado, como solução para a população e a sociedade (SHEPHERD, PATZELT, 2011).

Os negócios sociais por sua vez, trata-se de uma organização que não foca as suas atividades para geração de lucro para si, mas utilizar a renda para continuar reinvestindo na empresa, através de melhorias no serviço ou redução de preços, podendo até ressarcir o capital inicial caso os seus investidores desejarem. Seu principal foco é a sociedade, melhorando a qualidade de vida da população de baixa renda. Diferentemente de uma ONG (Organização Não Governamental) tem sua própria sustentabilidade através de serviços e produtos.(YUNUS; MOINGEON; LEHMANN-ORTEGA, 2010). O negócio social trabalha com a solução de problemas sociais que envolvem a pobreza, situação comum em países em desenvolvimento, com a utilização de ferramentas das empresas convencionais do mercado (ROSOLEN, TISCOSKI e COMINI. 2014), não se tratando do perfil da *Startup* Geração Bizu, que se classifica mesmo como um empreendedorismo social.

2.1 Conceitos e diferenças entre setores da economia, empreendedor privado e empreendedor social.

A empresa, como pessoa jurídica, embora possuindo foco social, está sujeita às mesmas responsabilidades estruturais e administrativas, como qualquer empresa do ramo, arcando com todos os ônus inerentes à atividade empresarial. Porém, se dedicada ao trabalho de desenvolver o social mais que o capital (YUNUS, 2007).

Diante do exposto, o empreendedor social é classificado como um segmento pertencente ao segundo setor. O primeiro setor é caracterizado pela figura do governo e sua responsabilidade direta pelas questões sociais, e o terceiro setor pelas organizações sem fins lucrativos voltadas a serviços de caráter público. Estas organizações sem fins lucrativos diferem do empreendedorismo social, pois são regidas por legislação específica (Lei 9.790/99/ Lei 13.019/14), e não buscam enriquecimento e distribuição de lucros entre os responsáveis ou representantes.

O segundo setor, composto pelas empresas de interesse privado é, em sua essência, definido como o setor que busca interesse individual ou próprio, através do desenvolvimento de suas atividades, geração de riqueza e distribuição de lucros. O empreendedor social, mesmo com a finalidade social, é classificado nessa categoria, por ser regido pelas mesmas leis, com direitos e obrigações como qualquer empresa, afinal gera e distribui lucros, mesmo não sendo seu propósito único.

Esta classificação provoca diversos contratempos na estabilização de empresas de empreendedorismo social, embora classificada no segundo setor, necessita de peculiaridades administrativas e legais pertencentes ao terceiro setor, pode-se dizer informalmente que é uma empresa destinada ao setor 2,5, apesar de tal enquadramento ser inexistente.

Relacionando o empreendedorismo privado e social, ambos operam da mesma forma, através da administração de finanças. Podendo ambos gerar retorno financeiro para os

investidores, porém o segundo foca na geração de valor social, e contribui para a sociedade na construção de soluções para um mundo melhor baseado na sua missão social (MURPHY, COOMBES, 2008).

É imprescindível ainda diferenciar o empreendedorismo social de filantropia: o primeiro, busca maximizar relações sociais de respeito e confiança, usando sua liderança em seu projeto social (TRIVEDI, 2010) através da administração de um negócio sustentável; enquanto o segundo disponibiliza recursos quer sejam tangíveis ou não, sem esperar nenhuma contrapartida.

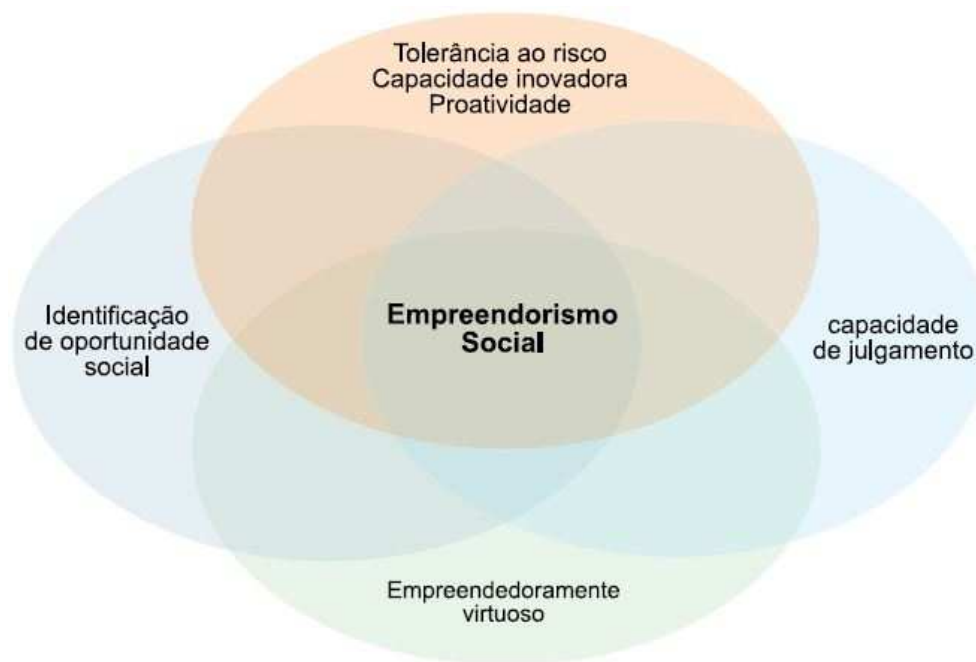
Para tal, faz-se necessário conceituar *startup*. Embora a definição de *startup* possa gerar divergências de opiniões, é possível construir um conceito baseado em ao menos três características do negócio: inovador, repetível e escalável, além de estar inserido em um cenário de extrema incerteza. Assim se chega a uma iniciativa de negócio que apresenta um impacto de inovação, desenvolvida em escalas cada vez maiores sem que o custo aumente na mesma proporção, e que possa ser aplicada em qualquer ambiente onde se identifique demanda para o projeto.

As atividades em torno da criação de uma *startup* tendem ao dinamismo e muita agilidade para implementação da ideia, o que potencializa o risco já intrínseco no conceito. A busca de inovação e impacto com novas ideias é fundamental na economia atual, porém perdas e desperdícios podem ocorrer num processo se não houver um mínimo de planejamento (RIES, 2012). No caso estudado com base na *Startup* Geração Bizu, ficou evidente quão valioso foi a consultoria recebida, não somente para a definição ideia do projeto como também para a estruturação da empresa dentro do conceito.

Faz-se necessário também caracterizar o empreendedor social. Para Oliveira (2004) o empreendedor social apresenta postura de mudança e inovação. Postura inerente ao empreendedorismo, porém sempre com foco no campo social, de forma que se torna visivelmente referência de empenho e dedicação na comunidade onde atua. Embora não haja um código formal em relação aos princípios, o empreendedor social, talvez influenciado pela nobreza das causas que defende, privilegia “a transparência, a honestidade, a humanidade e democracia no trabalho” (OLIVEIRA, 2004, p. 441).

O campo de empreendedorismo social é amplamente aberto para criação de soluções e desenvolvimento de atividades, mesmo não tendo uma cultura própria, os empreendedores se norteiam por princípios que convergem para a ética e conduta íntegra. É possível, com base no exposto, listar as características do empreendedor social como alguém que demonstre: inovação, criatividade, visão, empatia, iniciativa, paixão, foco, coragem, transparência e capacidade de gestão. Pode-se verificar na figura abaixo como funciona os pilares que sustentam um empreendedor social:

Figura 1 – Constructo multidimensional do empreendedorismo social



Fonte: Adaptado de Mort *et al* (2003)

3. METODOLOGIA

Para atingir os resultados propostos na pesquisa, foram definidos os métodos adequados a serem aplicados em todo o percurso do trabalho, abrangendo desde a ideia inicial até a finalização com a exposição das conclusões e pareceres nas considerações finais (DEMO, 1992).

Para apresentar a metodologia da pesquisa é necessário traçar uma linha de raciocínio e prática real, estabelecida pelo saber comum e a teoria utilizada pelo pesquisador (LIMA, MIOTO, 2007). Trata-se de uma pesquisa qualitativa exploratória explanatória, que utiliza como fontes: livros, artigos, pesquisa de campo, estudo de caso e sites, com o propósito de investigar o empreendedorismo social, englobando desde conceitos e características inerentes, até seu impacto em situações práticas. É pretendido assim, desde a teoria à efetividade, contribuir tanto para a discussão do tema, quanto para investigações futuras.

Para Robert Yin (2001) um estudo de caso pode ser utilizado com caráter explanatório com o objetivo de propor explicações concorrentes para o mesmo conjunto de eventos e ser aplicada a outras situações.

Para o início do estudo realizou-se uma pesquisa teórica bibliográfica com o intuito de compreender as dificuldades encontradas por aqueles que buscam exercer soluções para causas sociais dentro do conceito de empreendedorismo, evoluindo para uma pesquisa de campo por meio de entrevistas qualitativas com técnica não estruturada. As entrevistas foram realizadas em primeiro com a idealizadora do projeto, por segundo com a psicóloga que trabalha em parceria com a *startup*, a fim de entender o impacto social sobre as detentas, e por último com três usuárias de tornozeleira eletrônica que foram selecionadas para participar do programa e como isto as impactou pessoalmente. Foram destinados 60 minutos para cada entrevista, somando um total de 300 minutos de material que foi gravado e transcritos para a contribuição do estudo. Após análise do material teórico e resultados encontrados nas

entrevistas foi possível identificar um bom volume de informações que contribuíram para elaboração do trabalho, assim como também para aqueles que estudam este campo.

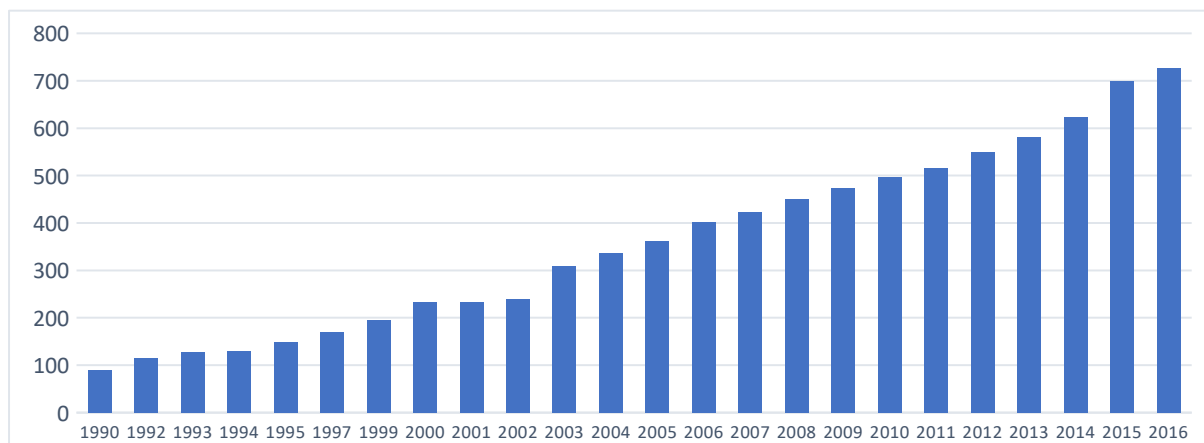
Foram consideradas as definições expostas por Bardin (2011) em que o conteúdo apresenta a função heurística aumentando a exploração e a propensão à descoberta. E ainda a função da administração da prova com hipóteses através de questões e afirmações provisórias.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

4.1 Cenário do sistema carcerário/prisional

O Brasil ocupa a 3ª posição mundial em número de presos, ficando atrás somente de Estados Unidos e China. É o único desses países onde somente aumentam os índices de detentos. Segundo o Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, o país possui uma população prisional de 726.712 mil pessoas e apresenta um aumento da ordem de 707% em relação ao total registrado no início da década de 1990, conforme apresenta a figura 1.

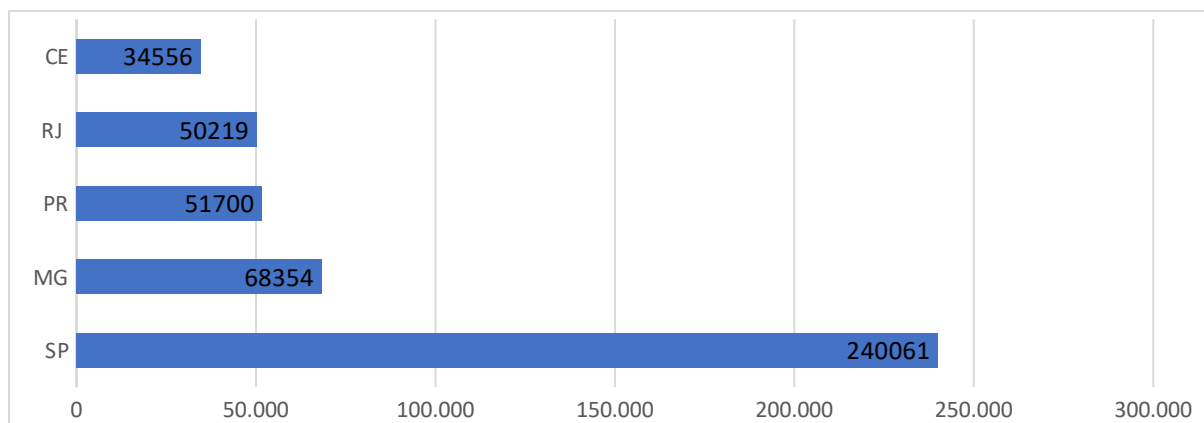
Gráfico 1: Evolução do quantitativo de pessoas privadas de liberdade entre 1990 e 2016.



Fonte: Ministério da Justiça, Infopen (2016)

O Estado do Paraná ocupa a 3ª posição em número de presos do Brasil, atrás somente dos estados de São Paulo e Minas Gerais. Se por um lado trata-se de um dado preocupante, por outro representa uma ótima oportunidade para a aplicação do novo conceito de negócio social e para a observação deste estudo:

Gráfico 2: As cinco maiores populações carcerárias do Brasil.



Fonte: Ministério da Justiça. Infopen (2016)

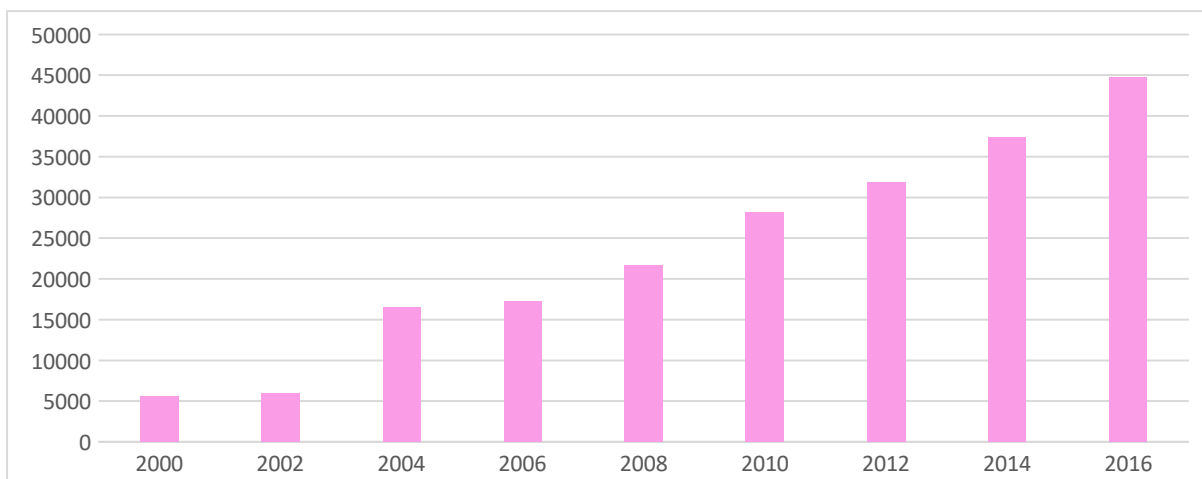
O Paraná, conforme dados retirados do site do Ministério da Justiça, será o primeiro estado brasileiro a receber o Programa Mulheres Livres, instituído pelo DEPEN, órgão ligado ao próprio Ministério. O objetivo é desencarcerar mulheres gestantes ou com filhos na faixa etária da primeira infância. O índice de mulheres encarceradas no país cresceu 698% entre os anos 2000 a 2014. Esse percentual é proporcional com o quantitativo total (aumento de 707%) já mencionado anteriormente. Porém as ações, para mulheres nessa condição, tornam-se prioritárias, considerando os impactos sociais indiretos e imensuráveis quando mães presidiárias deixam de ser responsáveis por seus filhos.

Yunus (1997) já relatava essa questão em sua experiência em Bangladesh, na década de 1970:

Se entre os objetivos do desenvolvimento figuram a melhoria das condições de vida, o desaparecimento da pobreza, o acesso a um emprego digno e a redução das desigualdades, então é natural começar pelas mulheres na medida em que estão mais próximas dos filhos.(YUNUS, 2000, pg. 117).

No Brasil, as mulheres, em sua maioria, são presas por tráfico de drogas, conforme dados do Infopen, representando 68% dos crimes, 17% sendo furto e roubo, 7% homicídios e 8% outros delitos. Devido à gravidade de crimes por tráfico, quase sempre são aplicadas penas de reclusão, que no caso das mulheres representa uma pena de até 8 anos. No gráfico seguinte é possível identificar a taxa crescente de mulheres encarceradas no Brasil:

Gráfico 3: Evolução do número de mulheres presas no Brasil:



Fonte: Dados do Infopen (2016)

A partir do panorama do sistema carcerário brasileiro, em especial quanto à condição das mulheres em cumprimento de pena por meio de monitoramento eletrônico, visualiza-se uma possibilidade para organizações da sociedade civil contribuir com soluções, frente às demandas sociais, como a reinserção de presidiários e ex-presidiários no mundo do trabalho.

4.2 Estudo de caso *startup* Geração Bizu

A breve história da *Startup* paranaense Geração Bizu se confunde com a história de vida de sua idealizadora. Ela tem vivenciado o empreendedorismo em sua família com seu pai, e atualmente com seu cônjuge, ambos empresários como profissão. Na adolescência começou a perceber situações complexas da sociedade ao mesmo tempo que desenvolvia suas competências pessoais e profissionais. Em sua formação profissional, começou a se envolver em projetos com moradores de rua, fato que culminou com a sua escolha para Assistência Social.

Mais tarde teve experiência profissional no ambiente corporativo, o qual a levou à depressão, devido às suas atividades não estarem em conformidade com seus ideais. Desde então sentiu o despertar para o empreendedorismo, na busca de soluções e resultados concretos para a sociedade. Idealizou o projeto inicial de venda de bombons da fábrica de chocolates do seu cônjuge, com pessoas egressas do sistema prisional. Em 2017, inscreveu esse mesmo projeto com base no edital de um concurso, promovido por uma instituição de ensino privada que incentiva a aceleração para ideias inovadoras no modelo *startup*. Com a aprovação de seu projeto, teve a oportunidade de capacitação voltada à educação empreendedora. O projeto precisou ser adequado aos requisitos da Aceleradora e migrou para o tema que atualmente desenvolve: reinserção de mulheres no mercado de trabalho que cumprem pena com tornozeleira eletrônica, através de: preparação, desenvolvimento e acompanhamento emocional, social e profissional.

Sendo único no país no modelo a que se propunha, a *Startup* Geração Bizu foi então caracterizada como uma proposta de tecnologia social, inovadora, repetível e escalável. O nome da *startup* foi escolhido para o empreendimento fazendo referência ao jargão “Chega de bizu”. Essa expressão, dentro do estabelecimento prisional, é utilizada quando há excesso de conversas e falatórios, para ordenar silêncio. Nesse sentido, o nome remete à ideia de ser a voz daqueles que têm sua liberdade de expressão reprimida.

Com o suporte da consultoria, o projeto progrediu de forma acelerada durante todo o ano de 2017, a *startup* se tornou referência dentro dos órgãos do sistema prisional. Oportunamente, o lançamento do Programa Mulheres Livres do Governo Federal, seria em dezembro do mesmo ano e teria o Paraná como Estado piloto para implementação. Em janeiro/2018, a *startup* se estabeleceu, embora ainda dependesse de recursos próprios, já era conceituada no meio como uma solução viável e já possuía uma identidade própria.

Figura 2. Logomarca adotada pela *Startup* Geração Bizu.



Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Em março de 2018, já haviam sido recrutadas 20 mulheres para seleção e preparação. Desse grupo, seis já estavam no mercado de trabalho em abril do mesmo ano. Como são pessoas em cumprimento de pena, o regime de contratação dessa mão de obra é especial, por não estarem subordinados às regras da CLT, mas sim, diretamente vinculadas ao DEPEN. Os critérios adotados pela *startup* para seleção das mulheres para participação do programa foram: o tempo de cumprimento de pena, sendo dada prioridade para quem tinha mais tempo a cumprir, o menor índice de reincidência e o local de moradia, Curitiba ou região metropolitana.

Aplicados os critérios, foram selecionadas 20 mulheres que participaram de entrevistas na *startup*, momento em que foram explicados os detalhes do projeto. Das selecionadas, seis aderiram e passaram para a fase de preparação.

A etapa seguinte foi realizada durante 10 dias. Na primeira semana foram trabalhados temas voltados a reflexão e conscientização: conhecer a si mesma, os motivos que as levaram a envolver-se na criminalidade, a vontade de mudar e que caminho seguir para atender este desejo. Um trabalho de consciência emocional intenso, no qual as mulheres tiveram oportunidade para falar de si e entender seus padrões de comportamento, suas escolhas e perceber os principais pontos de mudança.

A segunda semana foi focada em etapas técnicas básicas, para recolocação no mercado de trabalho como: elaboração de currículo, avaliação comportamental, Dress Code, organização financeira e planejamento de vida com metas a curto, médio e longo prazo. Parte desse trabalho é feito voluntariamente por profissionais das respectivas áreas. A etapa foi finalizada com uma pequena formatura e a entrega do certificado às participantes, isso conta para a remição da pena através da capacitação. As seis mulheres recolocadas estão distribuídas nas seguintes atividades: uma como auxiliar de cozinha, outra como auxiliar administrativa, duas na área de limpeza, a seguinte como vendedora autônoma de doces e

chocolates, coincidentemente a ideia original da idealizadora da *startup* Geração Bizu e uma como empreendedora de salão de beleza. As seis continuam sendo acompanhadas por meio de um atendimento semanal assim como as empresas contratantes, com o objetivo de alinhamento de eventuais problemas ou dificuldades que venham a surgir, gerando assim segurança para ambas as partes. A *startup* está com a segunda turma de 20 pessoas, agendada para junho de 2018.

Abaixo pode-se observar de forma resumida a evolução da *startup* desde a concepção até nos moldes atuais:

Quadro 2: Trajetória da *Startup* Geração Bizu

Mês/Ano	Etapa
Jul/17	Início elaboração projeto voltado à empregabilidade de pessoas penalizadas
Ago/17	Participação de concurso da Aceleradora
Set/17	Início da Aceleração
Nov/17	Fim da Aceleração / Início da consultoria pela Aceleradora
Dez/17	Lançamento do Programa Mulheres Livres do Governo Federal
Jan/18	Formalização da <i>Startup</i>
Mar/18	Fim da Consultoria pela Aceleradora
Mar/18	Início da seleção e preparação da primeira turma
Abr/18	Contratação das primeiras mulheres assistidas
Mai/18	Acompanhamento semanal das mulheres reinseridas no mercado de trabalho

Fonte: Pesquisa de campo (2018)

Como desafio para o projeto, identificou-se que as principais dificuldades enfrentadas pelo empreendedor social são de caráter burocrático governamental, devido ao enquadramento da atividade para regulamentação junto aos órgãos públicos, a falta de uma contabilidade especializada em negócios sociais, gestão administrativa específica, a sensibilização da comunidade e recursos para a sustentabilidade. Hoje a *startup* conta provisoriamente, após um acordo com o DEPEN, com uma taxa repassada pelo órgão, arrecadada de empresas contratantes, durante um período de seis meses. Além disso arrecada recursos com a comercialização de produtos em eventos e feiras. A questão da sustentabilidade ainda é um desafio significativo para a manutenção e desenvolvimento do negócio, assim como a adesão por parte de empresas para efetivação dos objetivos do programa.

Com base no histórico da *startup* e nos dados verificados, foram observadas características inerentes ao empreendedorismo: inovação, criatividade, especificidades do empreendedorismo social, como geração de valor social, e idealismo cultural. Na categoria de *startup*, é repetível, escalável e de alto risco. Os desafios constatados foram em relação à manutenção da empresa, a definição de um plano estável e gerenciável, e a fonte de recursos para garantia da saúde financeira do empreendimento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema empreendedorismo social é palco de discussões conceituais voltadas para a caracterização da identidade do profissional dessa área. Como uma empresa busca resultados econômicos, porém a finalidade é promover soluções para questões sociais. Este trabalho

contribui para enriquecer essa discussão, através do estudo de uma situação prática de forma a tornar palpável a teoria.

É notória a necessidade da busca por alternativas que podem preencher as lacunas não atendidas pelo Estado. No empreendedorismo social visualizamos uma opção viável, que merece a atenção e apoio por parte dos órgãos governamentais, no sentido de viabilizar a constituição das empresas de forma simplificada para que o propósito final possa ser implementado de forma ágil e consistente. A necessidade de estancar o crescimento e proliferação dos problemas sociais deve ser urgente e prioritária.

Percebeu-se no decorrer deste estudo várias dificuldades enfrentadas pelo empreendedor social, perante as quais ele luta praticamente sozinho para transpor os obstáculos. Mas ressaltamos neste ponto, a burocracia junto aos órgãos governamentais para a formalização da empresa. É sabido que estas dificuldades não se restringem apenas ao empreendedor social, mas a todas as categorias que buscam uma atividade econômica regulamentada. Deixamos, portanto, registrado a necessidade premente de desburocratização dessa etapa, que somente gera atrasos para o avanço da economia, para que o empreendedor possa canalizar suas energias em outras frentes que muito exigirão dele, como por exemplo, garantir a sustentabilidade do negócio.

Concluiu-se que o objetivo de desenvolver o estudo do tema, através da confrontação da teoria com uma situação vivenciada na prática, contribuiu significativamente para o entendimento dos conceitos, além de instigar novas pesquisas voltadas às questões sociais. Tornar a redação do Artigo V da Constituição Federal, em ações reais, palpáveis e viáveis é um grande desafio, não somente para os empreendedores sociais, como para a *Startup* Geração Bizu e para toda a sociedade que pode da mesma forma agir, apoiar ou viabilizar iniciativas que tragam e promovam o valor social.

Limitações do estudo e sugestões para futuras pesquisas ficam como desafio para investigações e análise do desempenho de iniciativas semelhantes, estudos de casos e pesquisas, que ofereçam um período mais abrangente para levantamento de dados, principalmente na verificação da sustentabilidade e perenidade das ações. Da mesma forma o aprofundamento do referencial teórico, com conceitos específicos, que corroborem com informações que contribuam para o incentivo de iniciativas voltadas ao empreendedorismo social.

REFERÊNCIAS

BAGGENSTOSS. Salli; DONADONE C, Júlio. **Empreendedorismo social: Reflexões acerca do papel das organizações e do estado**. Gestão e Sociedade · Belo Horizonte · Vol. 7 · 2013 · ISSN 1980-5756. Disponível em: <https://doi.org/10.21171/ges.v7i16.1605>; Acesso em: 03/05/2018.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977

CRUZ, Guillermo. **As duas faces do empreendedorismo social**. Mestrado em Administração – PPGA. Rio Grande do Sul. 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/284162621>; Acesso em: 10/05/2018.

DEES, J. Gregory. *The meaning of social entrepreneurship*. Center for the advancement of social entrepreneurship. Duke University's Fuqua School of Business. 1998. Disponível em:

<https://entrepreneurship.duke.edu/news-item/the-meaning-of-social-entrepreneurship/>; Acesso em: 15/04/2018

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 1992

DIAS, Cláudia A. **Grupo focal: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas**. - Informação & Sociedade. Paraíba – v.10 . 2, 2000. Disponível em: periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/330; Acesso em: 15/05/2018.

DOLABELA, Fernando C. **Oficina do empreendedor: A metodologia do ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza**. Rio de Janeiro: Sextante, 2008

DRUCKER, Peter F. **O melhor de Peter Drucker: A administração**. São Paulo: Nobel, 2002.

FILLION, Louis J. **Empreendedorismo: empreendedores e proprietários gerentes de pequenos negócios**. Revista de Administração de Empresas da Universidade de São Paulo, São Paulo, v.34, p. 05-28, abr./jun. 1999

GODOI, C. K. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos** (*Qualitative research in organizational studies: paradigms, strategies and methods*). São Paulo: Saraiva. 2006

LIMA, Telma. C. S. ; MIOTO, Regina. C. T. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – Florianópolis – 2007 Disponível em: <https://http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802007000300004>; Acesso em: 04/05/2018

MORT, Gillian. M. S.; WEERAWARDENA, Jay.; CARNEGIE, Kashonia. **Social entrepreneurship: Towards conceptualization**. *International Journal of Nonprofit and Voluntary Sector Marketing*, v.8, n.1, p. 76–88, 2003. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/227733215>; Acesso em: 03/05/2018.

MURPHY, Patrick J; COOMBES, Susan M. **A Model of Social Entrepreneurial Discovery**. *Journal of Business Ethics*, 2009. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/b007/a31f977ef0dc2b9ef5ce9bd8d191741ab4d4.pdf>; Acesso em: 02/05/2018

NORUZI, Mohammad R.; WESTOVER, Jonathan H.; RAHIMI, Gholam R. **An exploration of social entrepreneurship in the entrepreneurship era**. *Asian Social Science. Canadian Center of Science and Education*, v. 6, n.6, June 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5539/ass.v6n6p3>; Acesso em: 17/04/2018

OLIVEIRA, Edson M. **Empreendedorismo social no Brasil: fundamentos e estratégias**. 2004. Tese (Doutorado) Universidade Estadual Paulista – Unesp, Franca, 2004

OLIVEIRA, Edson M.. **Empreendedorismo social, combate à pobreza e desafios para geração de emancipação social no Brasil**. Revista Expectativa, Edunioeste, Cascavel-PR, v. 3, n. 3, p. 57-66, 2004.

OLIVEIRA, Rui Barbosa de. **Oração aos moços**; edição popular anotada por Adriano da Gama Kury. – 5. Ed. – Rio de Janeiro : Fundação Casa de Rui Barbosa, 1997

PATZELT, Holger; SHEPHERD, Dean A. *Recognizing Opportunities for Sustainable Development* ,2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1540-6520.2010.00386.x> Acessado em: 26/04/2018

RIES, Eric. **A startup enxuta: como os empreendedores atuais utilizam a inovação contínua para criar empresas extremamente bem-sucedidas**, São Paulo: Lua de Papel, 2012

ROSOLEN, Talita.; TISCOSKI, Gabriela P.; COMINI, Graziella M. **Empreendedorismo Social e Negócios Sociais: Um Estudo Bibliométrico da Publicação Nacional e Internacional**. RIGS revista interdisciplinar de gestão social v.3 n.1 jan. / abr. 2014 Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/283090091>

SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982

TRIVEDI, Chitvan. **A Social Entrepreneurship Bibliography**. *The Journal of Entrepreneurship*, v.19, n. 1, p. 81-85, 2010. Disponível em: DOI: 10.1177/097135570901900105 Acesso em 01/05/2010

VADE MECUM Saraiva / obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Livia Céspedes e Fabiana Dias da Rocha. —23. Ed. atual. e ampl. — São Paulo : Saraiva, 2017

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**; 2.ed.- Porto Alegre: Bookman, 2001

YUNUS, Muhammad e JOLIS, Alan. **O Banqueiro dos Pobres**. São Paulo: Ática, 2008

YUNUS, Muhammad.; MOINGEON, Bertrand.; LEHMANN-ORTEGA, Laurence . *Building Social Business Models: Lessons from the Grameen Experience*. *Long Range Planning*, v.43, p. 308-325, 2010.

Relação de endereços eletrônicos

LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES PENITENCIÁRIAS. CONJUR. Disponível em:<www.conjur.com.br/dl/infopen-levantamento.pdf>. Acesso em: 30 abr.2018.

PARANÁ E MINISTÉRIO DA JUSTIÇA SE UNEM EM PROJETO PARA DETENTAS. AEN. Disponível em: <www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=96628&tit=Parana-e-Ministerio-da-Justica-se-unem-em-projeto-para-detentas>. Acesso em: 01 mai 2018.

REINCIDÊNCIA CRIMINAL NO BRASIL. JOTA. Disponível em: <www.jota.info/wp-content/uploads/2015/07/577d8ea3d35e53c27c2ccc265cd62b4e.pdf>. Acesso em: 01 mai 2018.

LEVANTAMENTO NACIONAL DE INFORMAÇÕES PENITENCIÁRIAS INFOPEN MULHERES. JUSTIÇA. Disponível em: <www.justica.gov.br/news/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf>. Acesso em: 30 abr 2018.

THE MEANING OF SOCIAL ENTREPRENEURSHIP. ENTREPRENEURSHIP. Disponível em: <www.entrepreneurship.duke.edu/news-item/the-meaning-of-social-entrepreneurship/br>. Acesso em: 15 mai 2018.

SOMOS UM PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO PESSOAL, PROFISSIONAL E SOCIAL PARA A POPULAÇÃO CARCERÁRIA, VISANDO A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO. GERAÇÃO BIZU. Disponível em: <www.geracaobizu.com.br> Acesso em 30 abr 2018.